

PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM PORTUGAL, 25 ANOS DEPOIS

DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES



Declaração e Plataforma de Ação de Pequim

- A 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, da Organização das Nações Unidas, realizou-se em Pequim, na China, em 1995.
- Participaram mais de 17 mil pessoas, de 189 países, tendo sido adotada por unanimidade uma Declaração que enuncia princípios fundamentais de ação política neste domínio e uma Plataforma de Ação que aponta estratégias e caminhos de mudança.
- Trouxe uma nova forma de pensar as políticas de igualdade entre mulheres e homens, introduzindo na agenda internacional o conceito de igualdade de género como uma questão de interesse universal e reafirmando que os direitos das mulheres são direitos humanos.
- Introduziu o conceito de *mainstreaming* de género (ou transversalização da perspetiva de género), que exige uma reorganização dos processos políticos para integrar a igualdade entre mulheres e homens em todas as políticas, em todas as fases e níveis.
- Introduziu também o conceito de trabalho não remunerado, que inclui o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado nas famílias e na comunidade, apelando à respetiva medição e avaliação, bem como ao seu reconhecimento e valorização.
- Reconheceu a diversidade das mulheres e das circunstâncias em que estas se encontram.
- A Plataforma de Ação de Pequim estabeleceu compromissos de ação em 12 áreas críticas, incluindo: pobreza, educação e formação, economia, poder e tomada de decisão, saúde, meios de comunicação social, ambiente, conflitos armados, instituições oficiais e violência contra as mulheres.
- É hoje um dos principais quadros de referência para a promoção da igualdade de género e as suas disposições são dialogantes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente com o ODS 5: *alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.*

Os indicadores apresentados ajudam a entender o desempenho de Portugal em áreas críticas identificadas pela Plataforma de Ação de Pequim. Procurou-se informação quantitativa relevante desde 1995, comparando os dados do ano mais recente possível com os dados do ano mais recuado possível, numa ótica de comparabilidade. Em alguns indicadores apenas se dispõe de informação para um momento temporal.

Educação e formação das mulheres

Taxas de participação e de sucesso das mulheres no ensino superior

- Mulheres entre os alunos e alunas inscritos/as no ensino superior (INE / DGEEC/Med - MCTES)
1995/96: 58% | 2018/19: 54%
- Mulheres entre os/as diplomados/as no ensino superior (INE / DGEEC/Med - MCTES)
1995/96: 64% | 2017/18: 58%

Taxas de participação das mulheres nas áreas de ensino das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

- Presença de raparigas entre os alunos e alunas matriculados/as em cursos profissionais do ensino secundário por área do curso, em 2017/18 (DGEEC/Med - MCTES)

	% de mulheres
Eletricidade e energia	2,3%
Eletrónica e automação	3,4%
Construção civil e engenharia civil	18,3%
Ciências informáticas	8,1%
Metalurgia e metalomecânica	2,2%
Construção e reparação de veículos a motor	1,9%

1% das raparigas de 15 anos, face a 8% dos rapazes de 15 anos, afirma ter a expectativa de vir a trabalhar nas áreas das TIC (PISA/OCDE)

- Presença de mulheres entre as pessoas diplomadas no ensino superior em TIC (DGEEC/Med - MCTES, PORDATA)
1999: 26% | 2018: 21%
- Presença de mulheres entre as pessoas diplomadas em ciências, tecnologias, engenharias e matemática (CTEM) por área (OCDE, Education at a Glance, 2015)

1% das raparigas de 15 anos, face a 8% dos rapazes de 15 anos, afirma ter a expectativa de vir a trabalhar nas áreas das TIC (PISA/OCDE)

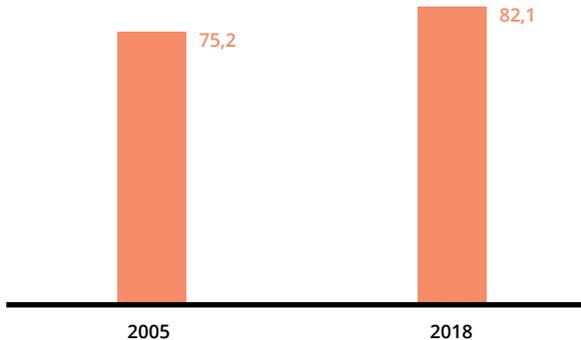
Área	% de mulheres
Informática	21,1
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	28,9
Ciências da vida	70,5
Matemática e estatísticas	64,7
Ciências físicas	50,9
Ciências, matemática e informática	54,3

As mulheres e a economia

Taxa de emprego das mulheres (até aos 64 anos) (EU-LFS)

- 1995: 54,3%, face a 71% dos homens
- 2018: 66,9%, face a 73% dos homens

Taxa de emprego das mulheres (20-49 anos) com crianças (menores de 6 anos) (EU-LFS) (%)



Percentagem de mulheres que trabalham a tempo inteiro (EU-LFS)

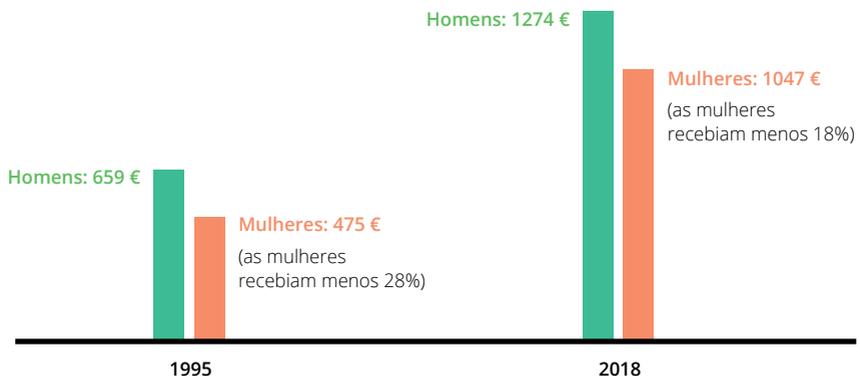
- 1995: 89,5%
- 2018: 89,5%

Segregação sexual nos setores de atividade

- Educação, saúde e apoio social, em 2019: 30% mulheres | 7% homens (INE, Inquérito ao Emprego)
- Serviço doméstico, em 2019: 98,4% mulheres | 1,6% homens (INE, Inquérito ao Emprego)
- Tecnologias e engenharias, em 2018: 9% mulheres | 31% dos homens (INE, Inquérito ao Emprego)
- Mulheres empregadas como especialistas das TIC (Eurostat / INE): 2004: 23,5% | 2018: 14,7%

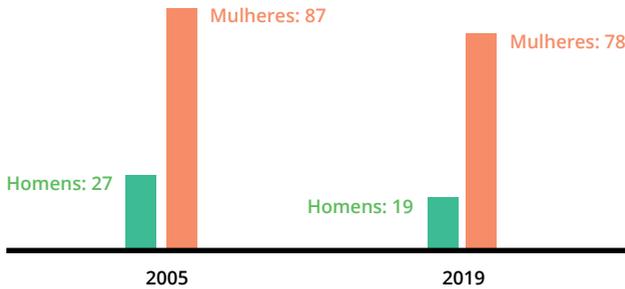
Diferencial salarial

- Remuneração média por mês, incluindo prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar (GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal):

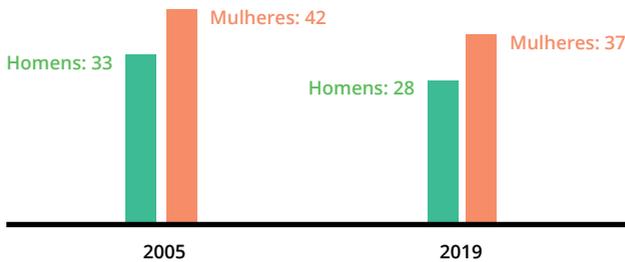


Assimetrias na participação de mulheres e de homens no trabalho não pago

- Proporção de homens e de mulheres que dizem realizar tarefas domésticas todos os dias durante pelo menos 1 hora (EIGE, Gender Equality Index) (%):



- Proporção de homens e de mulheres que dizem cuidar de filhos/as, netos/as, pessoas idosas ou com deficiência todos os dias durante pelo menos 1 hora (EIGE, Gender Equality Index) (%):



- Tempo que, em média, em cada dia, as mulheres dedicam a mais a trabalho não pago doméstico e de cuidado em 2015: 1 hora e 45 minutos (CESIS/CITE, INUT 2015)
- Uso das licenças de parentalidade por parte dos homens, 2007-2018 (% no total de licenças das mulheres) (CITE, Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional | 2018)

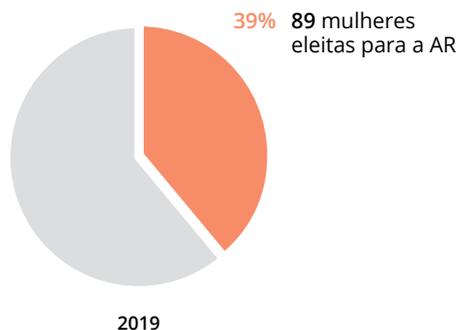
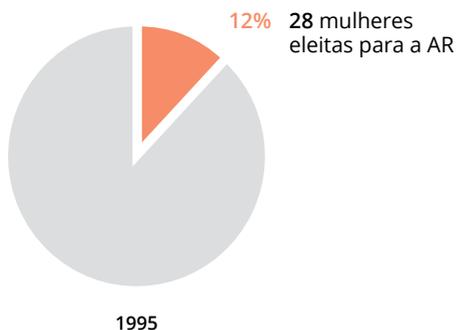


As mulheres no poder e na tomada de decisão

Presença de mulheres na administração das empresas (CIG 3T2019)

- 21% nas empresas cotadas (+9 pp do que em 2017)
- 37% nas empresas do setor empresarial do Estado (+9 pp do que em 2017)
- 31% nas empresas locais (+11 pp do que em 2017)

Presença de mulheres entre os deputados e deputadas na Assembleia da República (PORDATA – Mandatos nas eleições para a Assembleia da República - AR)



As mulheres e a pobreza



Taxa de risco de pobreza (INE, EU-SILC)

- 2003: 21,6% mulheres | 19,2% homens
- 2018: 17,8% mulheres | 16,6% homens

Taxa de privação material (privação de itens associados a necessidades económicas e de bens duráveis das famílias) (INE, EU-SILC)

- 2004: 22,8% mulheres | 20,5% homens
- 2018: 17,2% mulheres | 15,9% homens

Taxa de risco de pobreza para as famílias monoparentais (agregados constituídos por uma pessoa adulta, geralmente uma mulher, com pelo menos uma criança dependente) (INE, EU-SILC)

- 34,8% em 2003
- 33,9% em 2018

As mulheres e a saúde



Esperança média de vida à nascença (INE, PORDATA)

- 1995: 79 anos mulheres | 71,8 anos homens
- 2017: 83,4 anos mulheres | 77,8 anos homens

Anos de vida saudável aos 65 anos (INE, Pordata)

- 9,9 anos para as mulheres e 8,3 anos para os homens em 1995
- 6,7 anos para as mulheres e 7,9 anos para os homens em 2017

Total anual de interrupções da gravidez (Relatório dos Registos das Interrupções da Gravidez)

- 2008: 18607
- 2017: 15492

A violência contra as mulheres



Participações do crime de violência doméstica registadas pelas Forças de Segurança

- 2008: 27743 participações (Sistema de Segurança Interna, RASI 2009)
- 2019: 29433 participações (+ 3001 que em 2018) (MAI)

Detenções por crime de violência doméstica, em 2019 (MAI)

- 944 (mais 141 detenções que em 2018)

Perfil das vítimas e das pessoas agressoras em contexto de violência doméstica por sexo

- Em 2008 (Sistema de Segurança Interna, RASI 2009): as mulheres constituem 85% das vítimas | os homens constituem 88% das pessoas agressoras
- Em 2018 (Sistema de Segurança Interna, RASI 2018): as mulheres constituem 79% das vítimas, os homens constituem 84% das pessoas agressoras

Perfil das vítimas dos homicídios em contexto relacional por sexo (PJ)

- 28 mulheres, 1 criança e 7 homens em 2019



As mulheres e os conflitos armados

Participação das mulheres nas forças de segurança

- PSP: 9,4% em 2011 e 10,1% em 2018 (Balanço Social PSP 2011; Balanço Social PSP 2019)
- GNR: 4,3% em 2010 e 8,1% em 2017 (Balanço Social GNR 2010; Relatório de Atividades GNR 2017)

Participação das mulheres nas Forças Armadas (Ministério da Defesa Nacional, Presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas)

- 2013: 10,8% • 2019: 10,8%

Participação das mulheres nas Forças Nacionais Destacadas (Ministério da Defesa Nacional)

- 2013: 6,8% • 2019: 8,3%

Participação das mulheres nas missões internacionais – Forças de Segurança (Ministério da Administração Interna)

- 2012: 2,1% • 2016: 14,3%

Mecanismos institucionais para a promoção da igualdade



Portugal conta, desde os anos 70 do século XX, com dois organismos especialmente vocacionados para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, e com atribuições e responsabilidades na implementação e monitorização da Plataforma de Ação de Pequim.

- A antecessora da atual Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género foi institucionalizada em 1977.
- Em 1979, foi criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



PORTUGAL
MAIS IGUAL

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA
A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO
2018 - 2030



COMISSÃO PARA A CIDADANIA
E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros



CENTRO DE ESTUDOS
PARA A INTERVENÇÃO
SOCIAL

SANTA
CASA
Misericórdia de Lisboa